



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009484-17.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Exequente: **Luciano Cesar Buttignon**
 Executado: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

LUCIANO CÉSAR BUTTINGNON, já qualificado nos autos, ajuizou a presente liquidação de sentença em face da ré **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, alegando, em síntese, que adquiriu a linha telefônica nº (16) 3307-6781, contrato nº 4097895426, junto à TELESP S/A, empresa estatal sucedida pela ré, cujo contrato previa a participação acionária no denominado "plano de expansão", por meio do qual o adquirente era obrigado a integralizar determinado valor junto à empresa de telefonia para obter a linha telefônica. Em contrapartida, a Telesp S/A revertia em favor dos adquirentes ações do mercado de capitais. A ré, no entanto, embutiu em seu contrato de adesão, por meio da Portaria n. 1.028/1966, cláusula que lhe permitia subscrever as ações em momento posterior à integralização e com base no VMM (Valor Médio de Mercado), deixando de subscrevê-las com base no VPA (Valor Patrimonial da Ação) na data da integralização, o que causou enormes prejuízos aos consumidores ao receberem menos ações da referida empresa. Os consumidores integralizavam o valor de R\$ 1.117,63 (mil cento e dezessete reais e sessenta e três centavos), o que lhes daria o direito a 6.436 ações, caso a ré houvesse emitido as ações com base no VPA da data da integralização, o qual possuía o valor de R\$ 0,173640 por ação. Todavia, a ré

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

dividiu o valor pago pelo consumidor pelo VMM e em data futura e não pelo VPA na data da integralização, fazendo com que o consumidor recebesse 3.464 ações ao invés de 6.436 ações. Tais fatos ensejaram a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que tramitou pela 15ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, a qual transitou em julgado em 15/08/2011. Referida ação declarou nula a cláusula 2.2 que permitia a ré emitir ações com base no VMM e não pelo VPA, e condenou a ré a emitir as ações segundo o VPA do mês da integralização ou o pagamento da diferença acionária no prazo de 60 dias do trânsito em julgado, sob pena de multa reparatória de R\$ 3.000,00 para cada contrato não cumprido. Pleiteia, então: a) seja a ré compelida a exibir o contrato e detalhamento das ações emitidas em seu favor; b) seja declarada liquidada a sentença e reconhecido o crédito da parte autora, correspondente ao número de ações não emitidas em base no seu valor patrimonial, inclusive dobra decorrente da cisão societária, devendo a ré arcar com o pagamento de todas as vantagens que desfrutaria, caso as ações tivessem sido emitidas no valor devido; c) a condenação da ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios. Requereu o diferimento do recolhimento das custas.

Juntou documentos (fls. 09/31).

Decisão de folhas 32 indeferiu o pedido de recolhimento das custas iniciais ao final da ação, sendo objeto de agravo de instrumento de fls. 35/42.

Decisão monocrática de fls. 51, proferida nos autos do agravo de instrumento, deu provimento ao recurso determinando o processamento do pedido independentemente do recolhimento de taxas, a inversão do ônus da prova e determinou que a ré apresentasse os documentos comprobatórios da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

titularidade das ações.

Citada, a ré Telefônica Brasil SA, apresentou contestação de folhas 63/86, alegando, em síntese, que: a) a ré não celebrou contrato de plano de expansão, já que a transferência de assinatura não implica em transferência de ações; b) o autor adquiriu tão somente o direito de utilização da linha telefônica, não se beneficiando do contrato de expansão; c) os contratos de participação financeira são exclusivamente os celebrados após 25.08.96, abrangidos pela Portaria nº 1028/96 e, somente estes tem direito à indenização; d) os contratos no modelo de plano de expansão foram celebrados pela Telefônica somente até 30.07.1997 e, portanto, nenhum contrato celebrado após essa data previa a entrega de ações, não estando abrangido pela sentença proferida na Ação Civil Pública; e) inadequação da via eleita – necessidade de liquidação; f) titularidade não comprovada; g) inversão e exibição descabidas; h) o pedido condenatório é descabido e contrário à coisa julgada, pois a condenação imposta na ACP foi de obrigação de entregar ações de forma mais favorável aos contratantes e, portanto, na remota hipótese de acolhimento da presente demanda, deverá a ré ser condenada na entrega de ações, não podendo ser condenada a indenizar as ações emitidas a menor; i) a correção monetária deve incidir a partir do trânsito em julgado da demanda; j) os juros de mora devem incidir a partir da citação na presente ação de liquidação; k) a multa pretendida pela parte autora é indevida, pois, tratando-se de direito disponível, necessária a expressa manifestação de vontade do suposto beneficiário, que deve requerer expressamente o recebimento das ações; l) o pedido de indenização pela dobra acionária é descabido, pois não constou na ACP; m) não possui o autor qualquer direito sobre os dividendos ou com relação aos juros sobre o capital



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

próprio da empresa, já que também não constaram da ACP.

Juntou documentos (fls.114/131).

Réplica de folhas 144/162.

Nova manifestação do autor a fls.165/166, informando que a ré não juntou aos autos a radiografia do contrato, mas apenas um "*print*" do sistema Bradesco.

É o Relatório.

Fundamento e decidido.

De início, afasto a preliminar de inadequação da via eleita suscitada pela ré, tendo em vista que o procedimento adotado pela parte autora não foi o de simples cumprimento de sentença e sim de liquidação de sentença por arbitramento, nos exatos termos da ação civil pública.

No mérito, a ação é improcedente.

A primeira análise a ser feita consiste em identificar se a parte autora está abrangida pelo preceito mandamental da sentença proferida nos autos da referida ação civil pública, para que, somente em caso positivo, se proceda à liquidação do valor devido em cada caso e, finalmente, proceder aos atos de concretização do direito com o pagamento.

Depreende-se do conteúdo do dispositivo da sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública 0632533-62.1997.8.26.0100 que sua abrangência alcança todos os consumidores que contrataram o Plano de expansão de linha telefônica do Estado de São Paulo (PEX), decorrente do contrato denominado "Participação Financeira em Investimentos para Expansão e melhoramentos dos Serviços Públicos de Comunicações e Outras Avenças", celebrados no Estado de São Paulo a partir de 25/08/1996 até a extinção dessa modalidade contratual, ocorrida em 30/06/1997, por força do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

artigo 5º da Portaria 261 de 30 de abril de 1997 do Ministério de Estado das Telecomunicações, porquanto nesses contratos está inserida a Cláusula 2.2, declarada nula, inválida e ineficaz pela mencionada Ação Civil Pública.

Portanto, são abrangidos pelo conteúdo normativo da sentença os contratos de plano de expansão celebrados entre 25/08/1996 a 30/06/1997.

O autor, entretanto, não celebrou contrato com a parte ré de Plano de Expansão (PEX) no período compreendido entre 25/08/1996 a 30/06/1997, já que a transferência da linha telefônica ocorreu em 13/07/99, conforme comprova a radiografia do contrato digitalizada a fls. 115. Assim, o instrumento contratual não está abrangido pelos efeitos da sentença proferida na ação civil pública.

Pela radiografia do contrato ficou demonstrado que a parte autora Luciano César Butignon adquiriu a linha telefônica em 13/07/1999, mediante transferência do direito de uso, não implicando na automática transferência das ações atreladas à cessão da linha telefônica, conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.301.989/RS

Nesse sentido a Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: 0006324-65.2012.8.26.0590 PLANO DE EXPANSÃO DE TELEFONIA. AÇÕES DA TELESP E TELEBRAS. AÇÃO ORDINÁRIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL C.C. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. ILEGITIMIDADE ATIVA CONFIGURADA. CESSÃO DE LINHA TELEFÔNICA NÃO TRANSFERE AUTOMATICAMENTE AS AÇÕES A ELA ATRELADAS. DEPOSITÁRIA ATUAL DAS AÇÕES. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INFORMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

AÇÕES SUBSCRITAS EM NOME DO AUTOR. A transferência de assinatura de linha telefônica não implica, necessariamente, a transferência de ações. Não provada a condição de acionista, ônus que compete ao autor, falta a ele legitimidade para pleitear diferença de subscrição de ações de linha telefônica adquirida pelo sistema "plano expansão". A hipótese é de extinção do feito por absoluta falta de legitimidade ativa, nos termos do art. 267, inc. VI, do CPC. Recursos prejudicados. (Relator(a): Gilberto Leme; Comarca: São Vicente; Órgão julgador: 35ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 29/09/2014; Data de registro: 01/10/2014)

0010786-72.2011.8.26.0114 Apelação. Telefonia. Demanda de cobrança. Sentença de improcedência – Demanda de cobrança fundada em contrato de prestação de serviços telefônicos e alegada promessa de participação financeira em investimento telefônico – Demandante que, não obstante a natureza consumerista da relação jurídica existente entre as partes, não se desincumbiu de comprovar os fatos constitutivos de seu direito. Demandada que, ao revés, comprovou ter a demandante adquirido a linha telefônica por meio de transferência de assinatura, que não gera direitos sobre as ações relacionadas à linha de telefonia fixa – Sentença mantida. Recurso improvido. (Relator(a): J. Paulo Camargo Magano; Comarca: Campinas; Órgão julgador: 26ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 09/06/2014; Data de registro: 10/06/2014)

Denota-se, pois, que por força da inversão do ônus da prova, a ré acostou aos autos prova documental idônea que ilide a sua obrigação perante a parte autora, não prevalecendo a impugnação apresentada por esta última em face a radiografia do contrato porque genérica e desprovida de qualquer



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

elemento concreto que desconstitua sua força probatória.

Logo, ao não apresentar documentos que minimamente embasem a inicial e tendo a parte ré apresentado radiografia do contrato pela qual é possível aferir que o contrato entre as partes se concretizou fora do período abordado pela Ação Civil Pública 0632533-62.1997.8.26.0100, a improcedência da presente ação é medida que se impõe.

Diante do exposto, rejeito os pedidos, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno a autora no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor atribuído à causa, ficando sob condição suspensiva a sua exigibilidade, nos termos do art. 98, § 3º, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 26 de abril de 2017.

Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**